A URGÊNCIA DE CORRIGIR AS DISTORÇÕES NO MERCADO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS NO BRASIL

Andrey Vilas Boas de Freitas e Thais Balbao Clemente

iStockphotos

O agronegócio brasileiro ocupa posição de destaque no cenário mundial, responsável por quase metade das exportações do país e sustentando superávits consecutivos na balança comercial nacional desde 2010. Esse desempenho expressivo, no entanto, esconde uma fragilidade estratégica que precisa ser enfrentada com urgência: a crescente dependência do Brasil das importações de insumos agrícolas, especialmente defensivos agrícolas formulados, majoritariamente oriundos da China.

Segundo dados da consultoria Agro Minds, com base no ComexStat, o Brasil importou, em 2024, 760 mil toneladas de produtos formulados para uso como pesticidas — um salto de 135 mil toneladas em relação a 2022. Desse total, 533 mil toneladas vieram da China, consolidando a tendência ascendente observada desde 2016, que se acentuou exponencialmente a partir de 2021.

Somente em abril de 2025, o Brasil importou 47 mil toneladas dentro do código SH4 3808, que inclui pesticidas e outros produtos. Somente pesticidas formulados somaram 44.252 toneladas. No total, o volume de pesticidas importados no acumulado do ano chegou a 190 mil toneladas.

Esse movimento tem gerado impactos profundos na indústria nacional. O levantamento do Censo da Indústria Sindiveg indica que, em 2023, apenas 28% da capacidade instalada das plantas fabris para produção de produtos formulados no Brasil foi utilizada. O aumento das importações de produtos prontos reduziu significativamente a demanda por produtos técnicos, principal matéria-prima para a produção local, aprofundando a ociosidade do parque industrial.

Mais do que um desafio econômico, trata-se de um problema regulatório e de segurança. Hoje, as indústrias nacionais enfrentam rigorosas auditorias por parte do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), que incluem inspeção de documentos, análises laboratoriais e vistorias físicas. Por outro lado, os produtos importados estão sujeitos a controles limitados: muitas vezes, passam apenas por checagens documentais na Declaração de Importação da Receita Federal, e raramente têm amostras físicas coletadas e analisadas.

O Brasil conta com mais de 10 mil estabelecimentos habilitados a importar defensivos agrícolas, o que torna impossível fiscalizar de forma eficaz cada um deles. Essa realidade abre espaço para distorções no mercado,

SÉRIE HISTÓRICA DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PESTICIDAS – CÓDIGO SH4 3808

VIDRARIA
PRECISION GLASS LINE
Produtos de altíssima qualidade, reconhecido pelo mercado.
EMPRESA 100% BRASILEIRA
Conheça a Linha Completa
+55 11 2712.7000 ou 3454.7000
contato@cralplast.com.br
cralplast.com.br
CRAL
Sua parceira de negócios!

com produtos de qualidade questionável e sem a devida rastreabilidade de origem das matérias-primas usadas para formular os produtos que são importados. Estes estão entrando no país empresas registrantes que terceirizam toda a cadeia de importação, sem controle efetivo sobre as cargas internalizadas. Não raro, empresas com capital social mínimo obtêm registros apenas para terceirizar o processo, operando sem garantias robustas e colocando em risco não apenas o agricultor, mas também a segurança alimentar do país.

Além disso, quando ocorrem acidentes ou surgem problemas de qualidade que afetam os usuários finais, essas empresas frequentemente não possuem estrutura financeira para arcar com reparações, optando por encerrar suas atividades em vez de assumir responsabilidades.

Diante desse cenário, torna-se fundamental adotar um conjunto de medidas que restaure a isonomia competitiva entre produtos nacionais e importados. Não se trata de inviabilizar as importações — até porque há indústrias estrangeiras idôneas e de alta qualidade —, mas de criar mecanismos que diferenciem essas empresas das que operam à margem das boas práticas e que elevem o padrão geral de fiscalização e controle.

Entre as propostas apresentadas pela Abifina para corrigir essas distorções, destacam-se:

Ampliar o controle governamental sobre os volumes importados por meio de sistemas eletrônicos integrados;

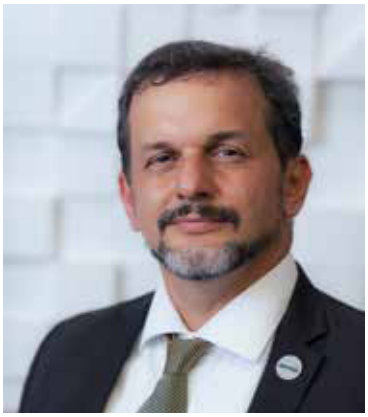
Estabelecer a obrigatoriedade do autocontrole para todos os produtos comercializados no país, sejam nacionais ou importados.

Estas ações visam não apenas proteger a indústria brasileira e assegurar a manutenção de empregos e investimentos no país, mas também garantir a qualidade e segurança dos insumos utilizados pelo setor agrícola, com impactos diretos na produtividade e na competitividade do agronegócio brasileiro no mercado internacional.

A Abifina acredita que o governo federal, por meio de iniciativas como o programa Nova Indústria Brasil (NIB), tem papel essencial na articulação das medidas necessárias para fortalecer a indústria nacional, corrigir assimetrias regulatórias e assegurar condições justas de concorrência. Nesse contexto, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) e a Câmara de Comércio Exterior (Camex) podem atuar de forma integrada para viabilizar ações que garantam a sustentabilidade e a competitividade do setor agroquímico brasileiro.

Mais do que uma pauta setorial, este é um debate de interesse nacional. A preservação da soberania produtiva, a mitigação de riscos associados à dependência externa e a construção de uma base industrial robusta são elementos centrais para o futuro do Brasil como potência agrícola e industrial.

Estamos prontos para contribuir com esse diálogo e esperamos que as autoridades públicas se somem a esse esforço, garantindo que o Brasil siga como referência internacional — não apenas pelo volume exportado, mas também pela qualidade, segurança e sustentabilidade de sua produção agrícola. ■



DIVULGAÇÃO

Andrey Freitas, presidente-executivo
"Mais do que uma pauta setorial, esta é uma agenda de interesse nacional. Precisamos reduzir a vulnerabilidade externa e construir uma base industrial robusta, que assegure o futuro do Brasil como potência agrícola e industrial."

DIVULGAÇÃO

Thais Clemente, diretora do segmento agroquímico
"O desafio não está em importar, mas em garantir que todos os produtos sigam padrões rigorosos de qualidade e responsabilidade. Queremos condições justas de competição, valorizando as empresas comprometidas com boas práticas."